

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5	Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL	Processo GMS n.º 970/2025	(página 1 de 64)
----------------------------	---	---------------------------	------------------

EDITAL n.º 58/2025-PROAF/DM
Identificador Compras.Gov: 91058/2026
UASG 926769

MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da Diretoria de Material-DM da Pró-Reitoria de Administração e Finanças-PROAF da Universidade Estadual de Londrina-UEL, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<p align="center">PREGÃO ELETRÔNICO: 58/2025 (PROAF/DM)</p> <p align="center">TIPO: MENOR PREÇO</p> <p>COTA PRINCIPAL (AMPLA DISPUTA), COTA RESERVADA e LOTES EXCLUSIVOS PARA EMPRESAS ENQUADRADAS como ME/EPP/MEI</p> <p>(Em conformidade com a Lei Complementar n.º 123/2006)</p>	<p align="center">Acolhimento das Propostas:</p> <p align="center">A partir das 10h00min do dia 16/06/2026 até 08h59min do dia 30/06/2026.</p> <p align="center">Abertura e Início da sessão de disputa de lances:</p> <p align="center">09h00min do dia 30/06/2026</p> <p>Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.</p>
--	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto **o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado e cortina de ar para a Universidade Estadual de Londrina-UEL.**

1.1 A contratação compreende exclusivamente o fornecimento dos equipamentos, **não estando incluídos os serviços de instalação.**

1.2 O licitante deverá observar atentamente as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital, que contém o detalhamento completo do objeto licitado.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 237.002,03 (duzentos e trinta e sete mil, dois reais e três centavos).**

3 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

UEL/SETI: **Gestão/Unidade:** 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;
Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço.

Fundo Paraná/SETI: **Gestão/Unidade:** 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;
Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;
Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço.



Universidade Estadual de Londrina

Pró-Reitoria de Administração e Finanças
Diretoria de Material-PROAF/DM

Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário -
CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta
<https://portal.uel.br/>



Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 2 de 64)

HU/SESA: **Gestão/Unidade:** 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço.

HU/SETI: **Gestão/Unidade:** 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço.

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV, adotado pela Administração estadual. O endereço eletrônico para recebimento e abertura das propostas, bem como a disputa de lances é o <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>.

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, do GMS/CAUFPR <https://www.gms.pr.gov.br/gms/consultaPublicaEdital.do?action=iniciarProcesso>, do Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras> e da Universidade Estadual de Londrina-UEL <https://sistemas.uel.br/sicor/public/licitacao/consultaLicitacoes>.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio (servidores da Universidade Estadual de Londrina-UEL), designados por portaria expedida pela autoridade máxima.

✓ **Pregoeiro: ANDRÉ LUIZ GRANADO**

✓ **E-mail: granado@uel.br**

✓ **O atendimento será feito no horário das 8h30min às 11h30 e das 13h30min às 16h30.**

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo ser encaminhado para o endereço eletrônico do Pregoeiro (granado@uel.br), no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura das propostas e início da sessão, pelo qual serão respondidos, **no prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, na plataforma do Compras.Gov.

5.2 As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no **item 8** das Condições Gerais deste Edital;

5.3 No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema e-Protocolo no seguinte sítio eletrônico: <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5	Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL	Processo GMS n.º 970/2025	(página 3 de 64)
-----------------------------------	--	----------------------------------	------------------

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



Universidade Estadual de Londrina

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Diretoria de Material-PROAF/DM

Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário -

CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta

<https://portal.uel.br/>



Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 4 de 64)

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

1.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, **Anexo I deste Edital**.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

2.1 O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

3.1 O prazo de validade das propostas não poderá ser inferior ao fixado no **item 4.6** das CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO e deverá constar na proposta final das arrematantes, conforme Modelo Descritivo da Proposta de Preços (**Anexo III**).

4 VIGÊNCIA

4.1 O contrato terá vigência pelo prazo de **12 (doze) meses**.

5 PROPOSTA PARCIAL

5.1 Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

6 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

Somente poderão participar da disputa do(s) lote(s) **01, 02, 03, 04 e 05** as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar do(s) lote(s) **6 e 8** classificados como de ampla concorrência.

Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) lote(s) **07 e 09** reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

7 CONSÓRCIO

7.1 A participação de empresas em regime de consórcio não será permitida, uma vez que a presente contratação possui objeto de execução simples e de fácil atendimento por empresas individualmente constituídas, não se justificando a formação de consórcios. Além disso, a vedação visa assegurar maior celeridade e eficiência ao processo licitatório, simplificando a análise documental e a fiscalização contratual, bem como prevenindo riscos relacionados à divisão de responsabilidades entre empresas

	<p align="center"> Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/ </p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5	Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL	Processo GMS n.º 970/2025	(página 5 de 64)
-----------------------------------	--	----------------------------------	------------------

consorciadas. Assim, busca-se garantir maior competitividade, isonomia entre os licitantes e a efetividade na execução do objeto.

8 ANEXOS:

- | | |
|--------------|---|
| ✓ Anexo I | - Termo de Referência; |
| ✓ Anexo II | - Documentos de Habilitação; |
| ✓ Anexo III | - Modelo de Descritivo da Proposta de Preços; |
| ✓ Anexo IV | - Modelo de Procuração; |
| ✓ Anexo V | - Modelo de declaração; |
| ✓ Anexo VI | - Termo de Vistoria/Declaração de Conhecimento; |
| ✓ Anexo VII | - Locais de prestação de serviços; |
| ✓ Anexo VIII | - Minuta de Contrato; |
| ✓ Anexo IX | - Modelo de Declaração de Enquadramento ME/EPP; |
| ✓ Anexo X | - Declaração LGPD; |
| ✓ | |

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1. O pregão será realizado por meio eletrônico, no Sistema de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2. O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema de Compras do Governo Federal - COMPRAS.GOV, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>, adotado pela Administração estadual.

1.3. O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do Sistema de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio do telefone **0800.978.9001** ou portal de atendimento: <https://portal.deservicos.economia.gov.br/>, suporte realizado de segunda à sexta-feira, das 07h00 às 20h00.

1.4.1. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao Sistema de Compras do Governo Federal - COMPRAS.GOV, implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão, interessados **com cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), através do link** <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do **item 01** do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º **23.958.422-5**

Pregão Eletrônico n.º **58/2025-PROAF/DM - EDITAL**

Processo GMS n.º **970/2025**

(página 6 de 64)

2.3.2 tenham sido declaradas impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná, Administração direta e indireta.

2.3.3 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme **item 2.3.1**, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.4 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no **item 2.3.3**;

2.3.5 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.6 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.7 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.7.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.8 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça futura contratação.

2.7 Conforme Art. 2º, inciso XLVI, do Decreto Estadual 10.086/22, o licitante que desejar se tornar fornecedor no Estado do Paraná deverá possuir o "Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná" (GMS/CAUFPR), podendo cadastrar-se através do link <https://www.gms.pr.gov.br/gms/solicitarCadastroFornecedorNovo.do?action=iniciarProcesso>.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 O licitante deverá aceitar os termos iniciais, em campo próprio do Sistema de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV, antes de inserir a proposta de preço inicial.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser inserida no **Sistema de Compras do Governo Federal- COMPRAS.GOV** no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no **item 3.3**, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

4 PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor Unitário;

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º **23.958.422-5**

Pregão Eletrônico n.º **58/2025-PROAF/DM - EDITAL**

Processo GMS n.º **970/2025**

(página 7 de 64)

4.1.2. Marca/Fabricante;

4.1.3. Modelo/Versão;

4.2 Havendo divergência de especificações entre o sistema GMS, COMPRAS.GOV e o Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência.

4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura do certame.

4.6.1 Na hipótese do certame não ser finalizado no período de **90 (noventa) dias**, referido prazo será **automaticamente** prorrogado por **mais 30 (trinta) dias**.

5 ABERTURA DAS PROPOSTAS, SESSÃO DE LANCES, DESEMPATE E NEGOCIAÇÃO

5.1 A abertura e a formulação de lances da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do **Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV**, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Após aberta e iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no **item 2** Das Condições Específicas deste Edital.

5.3 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.4 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.4.1 Na sessão de reabertura para desempate, o intervalo a que se refere o subitem anterior não será considerado pelo sistema Compras.gov.

5.5 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.6 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.7 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.7.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5	Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL	Processo GMS n.º 970/2025	(página 8 de 64)
-----------------------------------	--	----------------------------------	------------------

5.8 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a **ordem crescente de valores (menor preço)**.

5.8.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9 Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

5.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.11 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.12 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.14 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.15 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.16 A ME, EPP ou MEI mais bem classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18 No caso de igualdade/empate dos valores apresentados pelas ME/EPP/MEI, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, a sessão de lances será reaberta para que as empresas possam encaminhar uma última oferta para o desempate, obrigatoriamente com valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV.

5.18.1 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.2 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.18.3 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo **Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV**, contraproposta ao licitante que tenha

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5	Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL	Processo GMS n.º 970/2025	(página 9 de 64)
-----------------------------------	--	----------------------------------	------------------

apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.19.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

5.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6 ENVIO, ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA FINAL

6.1 Após a negociação finalizada, o(a) pregoeiro(a) convocará os licitantes mais bem classificados para enviarem a proposta final no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contadas a partir de sua solicitação, através de upload de Anexos solicitados no Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV.

6.2 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estipulado no **item 6.1**, quantas vezes julgar necessário.

6.3 Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (**conforme modelo do Anexo III**), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

6.4 A proposta final deverá ser formulada de acordo com o valor final da negociação, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada manualmente ou por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; marca/modelo dos equipamentos ofertados, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares necessários à confirmação das especificações do(s) produto(s) ofertado(s); os preços unitários e globais por item e/ou lote; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital, bem como os dados bancários da empresa.

6.4.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

6.4.2 O(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.4.3 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (**item 3.3**) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

6.4.3.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o **item 3.3**, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

6.4.4 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

6.4.5 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

6.5 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 10 de 64)

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, **conforme Anexo III**.

6.6 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.6.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.7 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.8 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, até a data e o horário estabelecidos.

6.8.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.8.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.8.3 Considerando a grande variedade de marcas no mercado fornecedor, todos os produtos ofertados nas propostas serão objeto de análise de amostras pela equipe técnica da unidade requisitante, as quais serão solicitadas ao arrematante, exceto os lotes ofertados com marca/modelo já utilizados e/ou conhecidos pela UEL.

6.8.3.1 Os resultados das avaliações das amostras serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.8.3.2 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.8.3.3 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.8.3.4 A(s) quantidade(s) remanescente(s) da(s) amostra(s) analisada(s) será(ão) mantida(s) para comparação futura com o(s) produto(s) entregue(s) *(quando for o caso)*.

6.8.3.5 Após a divulgação do resultado da licitação, as amostras entregues e consideradas **APROVADAS** poderão ser descontadas do montante licitado, quando da primeira entrega dos produtos pelo licitante.

6.8.3.6 As amostras entregues e consideradas **REPROVADAS**, desde que não inutilizadas nos testes de aferição deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.8.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a)

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 11 de 64)

passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, *se for o caso*.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará mensagem aos licitantes informando a data/hora que ocorrerá o encerramento da fase de julgamento das propostas, iniciando a fase de habilitação.

7 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Compras.Gov, os documentos de habilitação (**conforme Anexo II**), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.1.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estipulado no **subitem 7.1**, quantas vezes julgar necessário.

7.2 Na hipótese de os licitantes não apresentarem todos os documentos do **ANEXO II**, o Pregoeiro efetuará diligências ao sistema de registro cadastral unificado disponível no SICAF, e/ou ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná-GMS, fazendo a juntada dos documentos faltantes, desde que já existentes antes da data de abertura das propostas, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso à íntegra da documentação habilitatória juntada.

7.2.1 Caso não seja localizado algum documento habilitatório após as diligências, o pregoeiro solicitará envio da documentação habilitatória complementar, estipulando prazo para o envio que poderá ser prorrogado quantas vezes julgar necessário.

7.3 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.4 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

7.5 Encerrada a análise quanto à habilitação, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará mensagem aos licitantes informando a data/hora que ocorrerá o encerramento da fase de habilitação, iniciando a fase de recursos.

8. RECURSOS

8.1. Qualquer licitante, em campo próprio do Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV, poderá manifestar sua intenção de recorrer, **no prazo máximo de 10 (dez) minutos**, após a finalização das fases de julgamento das propostas e habilitação, sob pena de preclusão/decadência do direito de recorrer, **possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais**.

8.1.1. As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente através da anexação de arquivo no Sistema de Compras do Governo Federal - COMPRAS.GOV, dentro do prazo previsto no subitem anterior.

8.1.2. Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso apresentado, **no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente**, e exclusivamente através da anexação de arquivo no Sistema de Compras do Governo Federal - COMPRAS.GOV.

8.2. As razões e contrarrazões de recurso deverão estar acompanhadas do Contrato Social ou procuração que comprove os poderes de representação. Caso sejam apresentadas em desacordo com os itens anteriores ou subscritas por representante sem poderes para representar o licitante, não serão conhecidas pelo(a) Pregoeiro(a).

8.2.1. A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

8.3. O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 12 de 64)

9 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

9.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

10 CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

10.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de **no prazo de 03 (três) dias úteis**, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

10.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, através do link <https://www.gms.pr.gov.br/gms/solicitarCadastroFornecedorNovo.do?action=iniciarProcesso>, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

10.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

10.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

10.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos **itens 10.2 e 10.4** ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

10.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

10.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do **item 10.5**, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

10.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

10.7 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, CNPJ 78.640.489/0001-53, Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380, PR 445**, constando número da licitação lote/item e validade dos produtos (quando for o caso), para fins de rastreabilidade em estoque.

10.8 Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n.º 2145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

10.9 A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 13 de 64)

10.10 O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n.º 001/2019-DTE/SEFA.

10.11 As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n.º 1.261, de 14/05/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n.º 1546, de 04/07/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

10.12 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

10.13 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

11 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

11.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a)** multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b)** multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c)** multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

11.3 O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

11.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

11.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

11.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 14 de 64)

primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

11.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

11.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

11.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

11.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) através do link https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 e no do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), através do link <https://www.gms.pr.gov.br/gms/consultaPublicaEdital.do?action=iniciarProcesso>.

12 DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

12.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

12.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

12.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

12.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

12.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

12.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o **item 1.1** das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

12.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

12.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

12.10 O foro é o da Comarca de Londrina-PR, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O(s) servidor(es) que subscreve(m) este edital e seus anexos atesta(m) que observou(aram) integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 15 de 64)

Londrina, 15 de junho de 2026.

Soraia Martinez da Silva Carmo
Pró-Reitora de Administração e Finanças

Juliana Cristina Gonçalves Meirelles
Diretora de Material

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 16 de 64)

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PE n. 058/2025

1 OBJETO:

1.1 FORNECIMENTO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO E CORTINA DE AR.

1.2 A contratação compreende exclusivamente o fornecimento dos equipamentos, ***não estando incluídos os serviços de instalação.***

Lote	Item	Cód. SICOR	Descrição do Objeto	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total	Tipo
1	1	58113	<p>Cód.GMS: 4102.97921 Cód. CATMAT: 420876 Unid. Padrão: UNIDADE APARELHO DE CORTINA DE AR, COMPRIMENTO: 150CM, VAZÃO DE AR MÍNIMA: 2100M³/H, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo: Cortina de ar elétrica com ventilação forçada. - Vazão de ar: Mínima de 2.100 m³/h - Comprimento: Mínimo de 1.500 mm (150 cm). - Potência elétrica: Mínima de 120 W. - Tensão de alimentação: 127 V . - Menor consumo e/ou maior eficiência energética comprovados pela etiqueta nacional de conservação de energia na Classe de eficiência energética "A" - ENCE (IN nº 2/14 da SLTI/MPOG). - Frequência: 60 Hz. - Tipo de ventilação: Axial ou centrífuga de alto desempenho. - Níveis de velocidade: Mínimo de 2 (duas) velocidades ajustáveis. - Nível de ruído: Máximo de 60 dB(A) em condições normais de 	5	877,99	4.389,95	Exclusiva ME



Universidade Estadual de Londrina

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Diretoria de Material-PROAF/DM

Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário -

CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta

<https://portal.uel.br/>



Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 17 de 64)

			<p>operação.</p> <p>- Altura de instalação: Adequada para portas de até 2,5 metros de altura, com instalação horizontal.</p> <p>- Estrutura externa: ABS de alta resistência, com acabamento anticorrosivo (pintura eletrostática), resistente a intempéries, se aplicável.</p> <p>- Cor: Branca.</p> <p>- Certificações: Equipamento certificado pelo INMETRO</p> <p>- Paine de controle digital ou LED integrado ao equipamento para operação manual/local.</p> <p>- Sistema de proteção contra superaquecimento, com desligamento automático.</p> <p>- Modo standby com consumo máximo de 1 W. Acessórios Obrigatórios Inclusos</p> <p>- 01 (uma) cortina de ar.</p> <p>- 01 (um) controle remoto com pilhas inclusas.</p> <p>- Manual de instruções detalhadas de instalação, operação e manutenção.</p> <p>- Certificado de garantia</p> <p>- Kit de instalação completo, contendo parafusos, buchas, suportes e demais componentes necessários para fixação em superfícies de alvenaria, drywall ou equivalente, conforme especificações do fabricante.</p> <p>- Garantia.</p>					
2	2	13862	Cód.GMS: 4102.7371	Cód.	2	2.640,00	5.280,00	Exclusiva



Universidade Estadual de Londrina

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Diretoria de Material-PROAF/DM

Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário -

CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta

<https://portal.uel.br/>



Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 18 de 64)

			CATMAT: 458192 Unid. Padrão: UNIDADE AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER HIGH WALL, 12.000 BTUS - Capacidade de climatização mínima de 12.000 BTUs; - Acionamento do módulo condensador com uso de inversores (Tecnologia - Inverter); - Gás refrigerante R-32 ou substituto de maior eficiência;; - Comando com controle remoto; - Menor consumo e/ou maior eficiência energética comprovados pela etiqueta nacional de conservação de energia na Classe de eficiência energética "A"- ENCE (IN nº 2/14 da SLTI/MPOG); - Com ciclo quente e frio; - Tensão de alimentação 220 volts; - Prazo mínimo de 1 ano para garantia contra defeitos de fabricação; - Prazo de garantia informado na nota fiscal. * Itens Inclusos: 1 Evaporadora. 1 Condensadora. 1 Controle remoto. 1 Manual de instruções.				ME
3	3	13864	Cód.GMS: 4102.75810 Cód. CATMAT: 399655 Unid. Padrão: UNIDADE AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER HIGH WALL, 24.000 BTUS - Capacidade de climatização mínima de 24.000 BTUs; - Acionamento do módulo condensador com uso de inversores	1	5.046,62	5.046,62	Exclusiva ME



Universidade Estadual de Londrina

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Diretoria de Material-PROAF/DM

Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário -

CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta

<https://portal.uel.br/>



Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 19 de 64)

			(Tecnologia - Inverter); - Gás refrigerante R-32 ou substituto de maior eficiência; - Comando com controle remoto; - Menor consumo e/ou maior eficiência energética comprovados pela etiqueta nacional de conservação de energia na Classe de eficiência energética "A" - ENCE (IN nº 2/14 da SLTI/MPOG); - Com ciclo quente e frio; - Tensão de alimentação 220 volts; - Prazo mínimo de 1 ano para garantia contra defeitos de fabricação; - Prazo de garantia informado na nota fiscal. * Itens Inclusos: 1 Evaporadora. 1 Condensadora. 1 Controle remoto. 1 Manual de instruções.				
4	4	13861	Cód.GMS: 4102.31106 Cód. CATMAT: 458194 Unid. Padrão: UNIDADE AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER HIGH WALL, 9.000 BTUS - Capacidade de climatização mínima de 9.000 BTUs; - Acionamento do módulo condensador com uso de inversores (Tecnologia - Inverter); - Gás refrigerante R-32 ou substituto de maior eficiência; - Comando com controle remoto; - Menor consumo e/ou maior eficiência energética comprovados pela etiqueta nacional de conservação de energia na Classe de eficiência energética "A" - ENCE	1	2.184,05	2.184,05	Exclusiva ME



Universidade Estadual de Londrina

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Diretoria de Material-PROAF/DM

Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário -

CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta

<https://portal.uel.br/>



Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 20 de 64)

			(IN nº 2/14 da SLTI/MPOG); - Com ciclo quente e frio; - Tensão de alimentação 220 volts; - Prazo mínimo de 1 ano para garantia contra defeitos de fabricação; - Prazo de garantia informado na nota fiscal. * Itens Inclusos: 1 Evaporadora. 1 Condensadora. 1 Controle remoto. 1 Manual de instruções.				
5	5	13873	Cód.GMS: 4102.94944 Cód. CATMAT: 621107 Unid. Padrão: UNIDADE AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER PISO TETO, 36.000 BTUS - Capacidade de climatização mínima de 36.000 BTUs; - Acionamento do módulo condensador com uso de inversores (Tecnologia Inverter); - Gás refrigerante R-32 ou substituto de maior eficiência; - Comando com controle remoto; - Menor consumo e/ou maior eficiência energética comprovados pela etiqueta nacional de conservação de energia na Classe de eficiência energética "A" - ENCE (IN nº 2/14 da SLTI/MPOG); - Com ciclo quente e frio; - Tensão de alimentação: 220 volts; - Prazo mínimo de 1 ano para garantia contra defeitos de fabricação; - Prazo de garantia informado na	3	10.176,90	30.530,70	Exclusiva ME



Universidade Estadual de Londrina

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Diretoria de Material-PROAF/DM

Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário -

CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta

<https://portal.uel.br/>



Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 21 de 64)

			nota fiscal. * Itens Inclusos: 1 Evaporadora. 1 Condensadora. 1 Controle remoto. 1 Manual de instruções.				
6	6	58110	Cód.GMS: 4102.98090 Cód. CATMAT: 293530 Unid. Padrão: UNIDADE AR-CONDICIONADO TIPO CASSETE 48.000 BTU/H QUENTE/FRIO INVERTER Descrição Geral: Equipamento de climatização tipo Cassete (K7), com tecnologia Inverter, ciclo quente e frio (Q/F), potência mínima de 48.000 BTU/h, destinado ao uso em ambientes comerciais ou institucionais, com instalação embutida no forro. Especificações Técnicas Mínimas: - Capacidade de climatização: mínima de 48.000 BTU/h - Tipo de instalação: Cassete (K7) - Ciclo de operação: Quente e Frio (Q/F) - Tecnologia de funcionamento: Inverter - Gás refrigerante R-32 ou substituto de maior eficiência - Menor consumo e/ou maior eficiência energética comprovados pela etiqueta nacional de conservação de energia na Classe de eficiência energética "A" - ENCE (IN nº 2/14 da SLTI/MPOG); - Tensão de alimentação: 220V (bifásico) - Frequência: 60Hz - Material da serpentina: cobre - Cor predominante: branca	6	13.881,53	83.289,18	Cota



Universidade Estadual de Londrina

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Diretoria de Material-PROAF/DM

Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário -

CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta

<https://portal.uel.br/>



Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 22 de 64)

			<p>Funcionalidades obrigatórias mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modo Sleep - Modo Turbo - Função desumidificação - Sistema de filtragem com filtro anti-bactéria - Filtro lavável e de fácil substituição - Função Auto Restart - Controle de ventilação com pelo menos 4 níveis: baixo, médio, alto e automático <p>Acessórios obrigatórios inclusos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Unidade evaporadora - Unidade condensadora - Controle remoto com pilhas - Manual do usuário em português - Certificado de garantia - Tubo para o dreno - Suporte e parafusos para instalação e suspensão da unidade - Garantia. 				
7	7	58110	<p>Cód.GMS: 4102.98090 293530</p> <p>Cód. CATMAT: Unid. Padrão:</p> <p>UNIDADE AR-CONDICIONADO TIPO CASSETE 48.000 BTU/H QUENTE/FRIO INVERTER</p> <p>Descrição Geral: Equipamento de climatização tipo Cassete (K7), com tecnologia Inverter, ciclo quente e frio (Q/F), potência mínima de 48.000 BTU/h, destinado ao uso em ambientes comerciais ou institucionais, com instalação</p>	1	13.881,53	13.881,53	Cota



Universidade Estadual de Londrina

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Diretoria de Material-PROAF/DM

Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário -

CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta

<https://portal.uel.br/>



Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 23 de 64)

			<p>embutida no forro. Especificações Técnicas Mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Capacidade de climatização: mínima de 48.000 BTU/h- Tipo de instalação: Cassete (K7)- Ciclo de operação: Quente e Frio (Q/F)- Tecnologia de funcionamento: Inverter - Gás refrigerante R-32 ou substituto de maior eficiência - Menor consumo e/ou maior eficiência energética comprovados pela etiqueta nacional de conservação de energia na Classe de eficiência energética "A"- ENCE (IN nº 2/14 da SLTI/MPOG);- Tensão de alimentação: 220V (bifásico)- Frequência: 60Hz- Material da serpentina: cobre- Cor predominante: branca <p>Funcionalidades obrigatórias mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Modo Sleep- Modo Turbo- Função desumidificação - Sistema de filtragem com filtro anti-bactéria- Filtro lavável e de fácil substituição- Função Auto Restart- Controle de ventilação com pelo menos 4 níveis: baixo, médio, alto e automático <p>Acessórios obrigatórios inclusos</p> <ul style="list-style-type: none">- Unidade evaporadora- Unidade condensadora				
--	--	--	---	--	--	--	--



Universidade Estadual de Londrina

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Diretoria de Material-PROAF/DM

Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário -

CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta

<https://portal.uel.br/>



Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 24 de 64)

			<ul style="list-style-type: none">- Controle remoto com pilhas - Manual do usuário em português- Certificado de garantia- Tubo para o dreno- Suporte e parafusos para instalação e suspensão da unidade - Garantia.				
8	8	58111	<p>Cód.GMS: 4102.90572 Cód. CATMAT: 621104 Unid. Padrão: UNIDADE AR-CONDICIONADO TIPO CASSETE 60.000 BTU/H FRIO INVERTER Descrição Geral: Equipamento de climatização tipo Cassete (K7), com tecnologia Inverter, ciclo frio, potência mínima de 60.000 BTU/h, destinado ao uso em ambientes comerciais ou institucionais, com instalação embutida no forro. Especificações Técnicas Mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Capacidade de climatização: mínima de 60.000 BTU/h- Tipo de instalação: Cassete (K7)- Ciclo de operação: Frio- Tecnologia de funcionamento: Inverter- Gás refrigerante R-32 ou substituto de maior eficiência- Menor consumo e/ou maior eficiência energética comprovados pela etiqueta nacional de conservação de energia na Classe de eficiência energética "A"- ENCE (IN nº 2/14 da SLTI/MPOG).- Tensão de alimentação: 220V (bifásico)	6	13.200,00	79.200,00	Cota



Universidade Estadual de Londrina

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Diretoria de Material-PROAF/DM

Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário -

CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta

<https://portal.uel.br/>



Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 25 de 64)

			<ul style="list-style-type: none">- Frequência: 60Hz- Material da serpentina: cobre- Cor predominante: branca Funcionalidades obrigatórias mínimas: <ul style="list-style-type: none">- Modo Sleep- Modo Turbo- Função desumidificação- Sistema de filtragem com filtro anti-bactéria- Filtro lavável e de fácil substituição- Função Auto Restart- Controle de ventilação com pelo menos 4 níveis: baixo, médio, alto e automático Acessórios obrigatórios inclusos <ul style="list-style-type: none">- Unidade evaporadora- Unidade condensadora- Controle remoto com pilhas- Manual do usuário em português- Certificado de garantia - Tubo para o dreno- Suporte e parafusos para instalação e suspensão da unidade - Garantia.					
9	9	58111	Cód.GMS: 4102.90572 621104 UNIDADE AR-CONDICIONADO TIPO CASSETE 60.000 BTU/H FRIO INVERTER Descrição Geral: Equipamento de climatização tipo Cassete (K7), com tecnologia Inverter, ciclo frio, potência mínima de 60.000 BTU/h, destinado ao uso	Cód. CATMAT: Unid. Padrão:	1	13.200,00	13.200,00	Cota



Universidade Estadual de Londrina

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Diretoria de Material-PROAF/DM

Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário -

CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta

<https://portal.uel.br/>



Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 26 de 64)

			<p>em ambientes comerciais ou institucionais, com instalação embutida no forro. Especificações Técnicas Mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Capacidade de climatização: mínima de 60.000 BTU/h - Tipo de instalação: Cassete (K7)- Ciclo de operação: Frio- Tecnologia de funcionamento: Inverter - Gás refrigerante R-32 ou substituto de maior eficiência- Menor consumo e/ou maior eficiência energética comprovados pela etiqueta nacional de conservação de energia na Classe de eficiência energética "A"- ENCE (IN nº 2/14 da SLTI/MPOG).- Tensão de alimentação: 220V (bifásico) - Frequência: 60Hz- Material da serpentina: cobre- Cor predominante: branca <p>Funcionalidades obrigatórias mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Modo Sleep- Modo Turbo- Função desumidificação- Sistema de filtragem com filtro anti-bactéria- Filtro lavável e de fácil substituição- Função Auto Restart- Controle de ventilação com pelo menos 4 níveis: baixo, médio, alto e automático <p>Acessórios obrigatórios inclusos</p> <ul style="list-style-type: none">- Unidade evaporadora				
--	--	--	---	--	--	--	--

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5	Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL	Processo GMS n.º 970/2025	(página 27 de 64)
----------------------------	---	---------------------------	-------------------

			<ul style="list-style-type: none"> - Unidade condensadora - Controle remoto com pilhas - Manual do usuário em português - Certificado de garantia - Tubo para o dreno - Suporte e parafusos para instalação e suspensão da unidade - Garantia. 				
--	--	--	---	--	--	--	--

****ATENÇÃO** DEVIDO A INCOMPATIBILIDADES NO DESCRITIVO DO ITEM NO SISTEMA COMPRAS.GOV, FAVOR CONSIDERAR O DESCRITIVO ACIMA PARA PROPOSTAS.**

1.1.2 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.1.3 A presente contratação adotará como critério de julgamento o **menor preço**.

1.1.4 O contrato a ser firmado terá vigência de **12 (doze) meses**.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 As especificações técnicas dos itens encontram-se dispostas na descrição do objeto, no **item 1.1** deste **Termo de Referência**

1.2.2 Deverão ser observadas, ainda, as seguintes especificações técnicas complementares:

1.2.2.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

1.2.2.2 Após a entrega dos equipamentos, os servidores procederão a verificação quanto ao cumprimento das especificidades descritas no edital, e identificado que itens ou acessórios se encontram danificados, a empresa fornecedora será cientificada e deverá providenciar a imediata substituição, sem qualquer ônus à UEL e HU.

1.2.2.3 Os equipamentos deverão apresentar garantia de desempenho adequado e reposição dos mesmos quando for necessário por no mínimo 12 meses.

1.2.2.4 Com relação aos requisitos técnicos, a empresa a ser contratada deverá:

a) Apresentar Atestado de Capacidade Técnica de fornecimento, emitida por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, declarando que a empresa já promoveu o fornecimento da mesma natureza do objeto deste estudo, comprovando aptidão para o fornecimento do objeto pertinente de maneira compatível com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar (ETP). b) Comprovar por meio de declaração que possui os materiais, objeto da contratação, conforme a descrição e com compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, suficientes para atender adequadamente às necessidades dos usuários

1.2.3 O prazo de garantia dos produtos **não poderá ser inferior a 12 (doze) meses**.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Os itens objeto deste Termo de Referência possuem padronização de acordo com o contido no GMS - Gestão de Materiais e Serviços do Estado do Paraná.

1.3.2 O Código GMS dos itens poderão ser localizados em seus descritivos, constante da Tabela do **item 1.1**, deste **Termo de Referência**.

1.4 DO FORNECIMENTO

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 28 de 64)

1.4.1 O fornecimento será de maneira parcelada, conforme necessidade do setor requisitante, devendo a entrega ocorrer no prazo e local indicado no **item 9** deste **Termo de Referência**.

1.5 AMOSTRAS (quando for o caso)

1.5.1 Os produtos referentes a este certame demandam amostras bem como serão necessários o envio do descritivo técnico/ficha técnica/folder/catálogo. Será solicitada amostra e/ou descritivo técnico/ficha técnica/folder/catálogo de todas as empresas licitantes que, porventura, venham a ser arrematantes dos itens mencionados. O arrematante deverá encaminhar o comprovante de envio da amostra, para o e-mail do pregoeiro, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis a contar da notificação/convocação para o envio de Anexo, emitida pelo Pregoeiro no sistema Compras.gov. A amostra solicitada deverá estar acompanhada de seu descritivo técnico/ficha técnica/folder/catálogo, ou qualquer outro, a fim de verificar se a mesma atende às especificações do edital, seus anexos e o termo de referência. Encaminhar a amostra e seu descritivo técnico/ficha técnica no seguinte endereço, devendo constar na embalagem AMOSTRA DE LICITAÇÃO, mencionando o n.º do Pregão e o nome do Pregoeiro:

Endereço:

Universidade Estadual de Londrina-UEL / ALMOXARIFADO CENTRAL

Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), Km 380

CEP: 86057-970 - Caixa Postal: 10.011

Londrina / PR

1.5.1.1 Em razão da natureza do objeto licitado, a(o) Pregoeira(o) poderá solicitar, em substituição ao envio de amostras, a disponibilização de manual técnico ou documento equivalente, em língua portuguesa e em formato PDF, para análise pela área técnica.

1.5.2 Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1.

1.5.3 Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.5.4 Compete ao órgão/entidade, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, examinar a(s) amostra(s) apresentada(s) e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.

1.5.5 Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

1.5.6 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

1.5.7 Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo "**Informações Adicionais**" do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.5.7.1 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 (cinco dias)** dias úteis contados da solicitação encaminhe o comprovante de envio da amostra.

1.5.8 No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração, na forma do item 6.9.3.2 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 29 de 64)

1.5.9 O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.10 O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

1.5.11 As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Edital, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

1.5.12 O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de **90 (noventa) dias**, contados da data da homologação do certame.

1.5.13 As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.14 As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.11. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de **90 (noventa) dias** para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.15 A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.16 O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Para atender necessidade em manter temperaturas dentro dos limites necessários às salas de dispensação de medicamentos e sala de armazenamento e conservação dos componentes básicos e especiais, conforme legislação da ANVISA, também para climatização das novas salas administrativas. Os equipamentos serão utilizados como reforço ao atual sistema de climatização que opera de forma centralizada e ininterrupta que passará a ter revezamento de funcionamento para poupá-lo e aumentar sua vida útil que, considerando já ter havido contínuas paralisações do mesmo para manutenção devido sobrecarga de trabalho e tempo de funcionamento.

2.2 A aquisição de ar-condicionado se faz necessária para propiciar melhor conforto térmico e ambiente mais agradável para área de convivência (copa) dos funcionários do Restaurante Universitário (RU). Haja vista que o referido equipamento não foi contemplado na obra de reforma e ampliação do RU.

2.3 Os laboratórios de pesquisa da Universidade Estadual de Londrina conduzem diversos experimentos em projetos de pesquisa vinculados tanto aos seus Programas de Pós-Graduação (PPG), como aos Grupos de Pesquisa certificados institucionalmente, a partir de uma infraestrutura institucional que promove a pesquisa, a extensão acadêmica e o ensino (art. 207 da Constituição Federal). A aquisição de produtos (insumos, equipamentos e/ou serviços) é essencial para viabilizar as atividades que são desenvolvidas nesses laboratórios e, conseqüentemente, para o avanço da produção científica nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Estadual de Londrina, visando a disseminação eficaz e de qualidade do conhecimento científico e a formação de recursos humanos em nível de graduação e pós-graduação. Os Projetos de Pesquisa, em geral, viabilizam o avanço da qualidade da pesquisa científica e da produção acadêmica no âmbito universitário, à medida que suscitam demandas de contratação para atividades que tenham aderência à pesquisa desenvolvida, exigindo, assim, a adequação da infraestrutura, incluindo laboratórios, bibliotecas, recursos de informática, instalações físicas, além da aquisição de insumos e serviços que são indispensáveis para a criação e manutenção das atividades de pesquisa, ensino e extensão. Portanto, a aquisição de produtos para esses laboratórios visa o desenvolvimento do conhecimento científico, tanto a sua produção como a sua disseminação, atendendo ao interesse público (art. 15, §1º, inciso I do Decreto Estadual n. 10.086/2022 e art. 18, inciso I da Lei Federal n. 14.133/2021). Isso posto, a presente aquisição se justifica pela necessidade de atender a demanda dos projetos de pesquisa, que contam com a participação de pós-graduandos (mestrandos e doutorandos) dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 30 de 64)

Universidade Estadual de Londrina, assim como de estudantes de graduação (estagiários de iniciação científica e iniciação tecnológica) participantes do projeto científico associado a requisição.

2.4 A aquisição de aparelho de condicionador de ar se faz necessária para propiciar melhor conforto térmico e ambiente mais agradável para as salas de atendimento do servidores das divisões de serviço social e saúde mental e do SESMT do SEBEC

2.5 Substituição do aparelho de ar-condicionado da sala do Pró-Reitor e da Diretoria de Planejamento e Integração Acadêmica, considerando que o equipamento atualmente instalado não é do tipo inverter, o que compromete a eficiência energética e o conforto térmico.

2.6 A necessidade da fornecimento de novos aparelhos de ar-condicionado para a Diretoria de Obras da Universidade Estadual de Londrina (UEL) decorre do fato de que os aparelhos antigos atualmente em uso apresentam desgaste acentuado, baixa eficiência energética e falhas recorrentes, comprometendo o conforto térmico e o ambiente de trabalho dos servidores. O problema a ser resolvido é a climatização inadequada dos espaços, que impacta negativamente na produtividade, na conservação de equipamentos e na qualidade das condições laborais. A substituição por equipamentos modernos e mais eficientes atende ao interesse público, pois contribui para a eficiência administrativa, a economia de energia e a melhoria das condições de trabalho na estrutura técnica da UEL.

2.7 A região enfrenta um problema persistente de altas temperaturas, que se estendem por quase todo o ano. Essa condição climática impõe uma necessidade crítica de manter a temperatura amena nas dependências do campus, visando a salubridade para servidores, alunos e visitantes. Além do conforto humano, o controle térmico é essencial para proteger os diversos equipamentos de informática, laboratoriais, entre outros, prevenindo falhas causadas pelo superaquecimento. A garantia de um sistema de refrigeração confiável, que promova conforto térmico, qualidade do ar e eficiência energética, transcende o bem-estar individual. Ela se configura como uma questão de interesse público, pois influencia diretamente a qualidade de vida e a produtividade dos servidores, impactando a eficiência e a eficácia das operações do campus como um todo.

2.8 As salas da Casa de Cultura, cujas salas se encontram ao lado das quadras do Colégio de Aplicação e não possuem tratamento acústico e nem térmico, sofrem com a terrível poluição sonora, motivo que nos obriga a manter portas e janelas fechadas. Tal condição justifica a necessidade, urgente, de condicionadores de ar a fim de oferecer condições mínimas de trabalho para os servidores. Os BTUs foram definidos com base nas dimensões de cada uma das salas. Os poucos equipamentos de ar-condicionado que temos são muito velhos, estão com defeitos, não possuem peças de reposição e colocam a saúde dos servidores em risco uma vez que não possuem tratamento antiácaros, antimofa e nem eliminam o acúmulo de poeira e graxa além de serem insuficientes para atender à demanda dos servidores e espaços. Considerando que a mudança da direção/secretaria da Casa de Cultura para a antiga COU depende da compra e instalação dos aparelhos de ar-condicionado, se faz indispensável e URGENTE a aquisição e instalação desses equipamentos. Outros espaços como a DAC e DAP que fazem atendimentos ao público, espetáculos e aulas, não possuem ar-condicionado, sendo importante pois no verão, as pessoas chegam a passar mal durante os espetáculos, por conta do calor excessivo. Outros espaços precisam substituir os atuais que estão quebrados.

2.9 É necessária a aquisição dos aparelhos de ar-condicionado, visto que há um número elevado de equipamentos de refrigeração em precário estado de utilização que necessitam de substituição, pela idade avançada, o que gera mau funcionamento e interrupções e não existem aparelhos reserva. Os equipamentos funcionam por mais de 10 horas ao dia e se encontram localizados em salas fechadas, sendo necessário manter o ambiente refrigerado, tanto para os equipamentos de informática e outros, quanto para o conforto ambiental para os servidores que atuam no órgão. Quanto maior o tempo de vida dos equipamentos, mais frequentes são as intervenções corretivas, causando transtornos aos usuários, excesso de ruído, bem como um tempo maior no reparo desses equipamentos. Os custos de manutenção também aumentam com a idade do equipamento, como também a dificuldade de aquisição de peças para reposição.

2.10 As salas em questão comportam entre 50 e 80 alunos e contam com o uso constante de equipamentos eletrônicos, como notebooks e projetores, contribuindo para o aumento da temperatura

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 31 de 64)

interna. A ausência de ventilação adequada e de controle climático impacta negativamente o desempenho acadêmico e o bem-estar de estudantes e servidores. A aquisição de aparelhos de ar-condicionado do tipo split inverter, com potência adequada ao volume dos espaços, se mostra essencial para garantir um ambiente saudável, eficiente e propício à permanência e concentração de todos. Além disso, a contratação está alinhada com a previsão estabelecida no PCA atual.

2.11 A presente contratação visa atender à necessidade de apoio linguístico e pedagógico em língua espanhola, no âmbito do projeto vinculado ao Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 280/2023, celebrado entre a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e o Fundo Paraná. O projeto tem como objetivo promover a integração educacional e cultural de estudantes falantes de espanhol, especialmente no contexto da política de internacionalização. O objetivo é garantir a climatização eficiente dos ambientes acadêmicos, administrativos e laboratórios, proporcionando condições adequadas de conforto térmico e qualidade do ambiente para alunos, docentes e servidores da UEL.

2.12 Considerando que nesta Diretoria há aparelhos de parede e modelos antigos cujas peças de reposição são escassas ou até inexistentes, a manutenção desses equipamentos pode se tornar inviável devido ao alto custo das peças quando encontradas. Altas temperaturas não afetam apenas o conforto físico, mas também podem representar riscos à saúde dos funcionários, especialmente aqueles que trabalham em ambientes fechados por longos períodos. O ar-condicionado desempenha um papel essencial na prevenção de problemas de saúde relacionados ao calor, como insolação e desidratação. Em locais onde são armazenados documentos ou materiais sensíveis à temperatura e umidade, como arquivos, documentos diversos e a instalação de um sistema de climatização adequado é fundamental para evitar danos causados por variações climáticas. Com o passar dos anos, os equipamentos de ar-condicionado exigem manutenções corretivas cada vez mais frequentes, causando transtornos aos usuários, como interrupções constantes na rotina de trabalho, excesso de ruído e maior tempo de reparo. Além disso, os custos de manutenção aumentam à medida que o equipamento envelhece, assim como a dificuldade de encontrar peças para reposição e aparelhos mais modernos oferecem maior eficiência energética, reduzindo o consumo de eletricidade e proporcionando economia a longo prazo.

2.13 Aquisição de ar-condicionado para substituir os que não estão funcionando, sem possibilidade de conserto, conforme indicado pela empresa que atende a UEL, com a manutenção desses equipamentos.

2.14 Aquisição de equipamentos de ar-condicionado conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento justifica-se dada a necessidade de: - assegurar eficiência energética com a substituição de aparelhos obsoletos e com alto consumo de energia, ou mal dimensionados para as áreas, indicando-se a preferência por aparelhos que sejam considerados as melhores opções disponíveis no mercado e que contenham as certificações energéticas adequadas, conforme a legislação nacional. - Atender ao objetivos dos Convênios 874919/2018, 934845/2022, 937805/2022, celebrando junto ao FNDE; TEDs 160/2023 SESA e 246/2023 SETI/Fundo Paraná.

2.15 O Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos presta assistência jurídica gratuita à comunidade externa e serve como campo de estágio para estudantes do curso de Direito da UEL. Para garantir um ambiente adequado ao desempenho das atividades, é essencial contar com infraestrutura eficiente e equipamentos em boas condições de funcionamento. Atualmente, o escritório possui aparelhos antigos, cujas peças de reposição são escassas ou até inexistentes. A manutenção desses equipamentos pode se tornar inviável devido ao alto custo das peças quando encontradas, comprometendo a continuidade dos serviços prestados. Além disso, as altas temperaturas não afetam apenas o conforto físico, mas também podem representar riscos à saúde de funcionários e alunos, especialmente daqueles que trabalham em ambientes fechados por longos períodos. O ar-condicionado desempenha um papel essencial na prevenção de problemas de saúde relacionados ao calor, como insolação e desidratação. Em locais onde são armazenados documentos ou materiais sensíveis à temperatura e umidade, como arquivos, livros e documentos jurídicos, a instalação de um sistema de climatização adequado é fundamental para evitar danos causados por variações climáticas. Com o passar dos anos, os equipamentos de ar-condicionado exigem manutenções corretivas cada vez mais frequentes, causando transtornos aos usuários, como interrupções constantes na rotina de trabalho, excesso de ruído e maior tempo de reparo. Além disso, os custos de manutenção aumentam à medida que os aparelhos

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 32 de 64)

envelhecem, tornando a substituição por modelos mais modernos uma alternativa viável e econômica. Os equipamentos mais recentes oferecem maior eficiência energética, reduzindo o consumo de eletricidade e proporcionando economia a longo prazo. Dessa forma, a modernização do sistema de climatização do escritório contribuirá para um ambiente mais confortável, seguro e produtivo, beneficiando tanto os funcionários quanto os estudantes e a comunidade atendida.

2.16 O Centro de Tecnologia e Urbanismo possui vários ambientes que não tem condicionador de ar, tais como salas de aula, laboratórios, salas de permanência e reunião. Como nosso clima tem apresentado temperaturas cada vez mais altas, surge a necessidade de climatizar esses ambientes, que hoje possuem apenas ventiladores, os quais são ineficientes, especialmente no verão. Um sistema de refrigeração confiável, que promova conforto térmico, qualidade do ar e eficiência energética, se configura como uma questão de interesse público, pois influencia diretamente a qualidade de vida e a produtividade dos alunos, professores e servidores, impactando a eficiência e a eficácia das operações do campus como um todo.

2.17 Os laboratórios de pesquisa da Universidade Estadual de Londrina conduzem diversos experimentos em projetos de pesquisa vinculados tanto aos seus Programas de Pós-Graduação (PPG), como aos Grupos de Pesquisa certificados institucionalmente, a partir de uma infraestrutura institucional que promove a pesquisa, a extensão acadêmica e o ensino (art. 207 da Constituição Federal). A aquisição de produtos (insumos, equipamentos e/ou serviços) é essencial para viabilizar as atividades que são desenvolvidas nesses laboratórios e, conseqüentemente, para o avanço da produção científica nos Programas de Pós-Graduação stricto sensu da Universidade Estadual de Londrina, visando a disseminação eficaz e de qualidade do conhecimento científico e a formação de recursos humanos em nível de graduação e pós-graduação. Os Projetos de Pesquisa, em geral, viabilizam o avanço da qualidade da pesquisa científica e da produção acadêmica no âmbito universitário, à medida que suscitam demandas de contratação para atividades que tenham aderência à pesquisa desenvolvida, exigindo, assim, a adequação da infraestrutura, incluindo laboratórios, bibliotecas, recursos de informática, instalações física, além da aquisição de insumos e serviços que são indispensáveis para a criação e manutenção das atividades de pesquisa, ensino e extensão. Portanto, a aquisição de produtos para esses laboratórios visa o desenvolvimento do conhecimento científico, tanto a sua produção como a sua disseminação, atendendo ao interesse público (art. 15, §1º, inciso I do Decreto Estadual n. 10.086/2022 e art. 18, inciso I da Lei Federal n. 14.133/2021). Isso posto, a presente aquisição se justifica pela necessidade de atender a demanda dos projetos de pesquisa, que contam com a participação de pós-graduandos (mestrandos e doutorandos) dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu da Universidade Estadual de Londrina, assim como de estudantes de graduação (estagiários de iniciação científica e iniciação tecnológica) participantes do projeto científico associado às requisições.

2.18 O presente estudo técnico preliminar aborda a necessidade de aquisição de aparelhos de ar-condicionado para substituição de equipamentos inservíveis em algumas unidades do Hospital Universitário/Universidade Estadual de Londrina (HU/UEL) e também para instalação em unidades do hospital que ainda não dispõe de aparelho de ar-condicionado instalado. Trata-se de hospital geral terciário, público, de ensino, com mais de 400 leitos. Atende e dá suporte a atividades acadêmicas, assistenciais e administrativas desenvolvidas na UEL, para a área da saúde. A lei 13.589/2018 de 4 de janeiro de 2018 que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistema de climatização de ambientes torna obrigatória a manutenção de ar-condicionado em prédios públicos e privados coletivos. Isso inclui hospitais, e portanto, a climatização hospitalar adequada é exigida por lei. A climatização hospitalar é uma das formas de controlar a propagação de doenças, o ambiente climatizado adequadamente reduz as chances de contaminação pois muitos organismos resistem e se propagam no calor. Ainda de acordo com a NR 17, a climatização dos ambientes de trabalho deve ser realizada de forma a garantir o conforto térmico, ou seja, a sensação de conforto proporcionada pelas condições de temperatura e ventilação adequadas. Isso inclui: Manter uma temperatura agradável dentro do ambiente de trabalho. Estes equipamentos têm necessidade de contratação para aquisição em razão de substituição pelo desgaste natural, defasagem tecnológica e acréscimo de novos equipamentos em consequência do aumento da demanda.

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 33 de 64)

2.19 Para atender as demandas das salas de aulas da graduação e pós-graduação do CESA referente a climatização dos ambientes em que são desenvolvidas às atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.

2.20 O Museu da Universidade Estadual de Londrina (UEL) enfrenta atualmente condições inadequadas de climatização em algumas de suas salas de exposição. A ausência de sistemas de ar-condicionado eficientes em ambientes com acervo museológico, como pinturas, documentos e objetos históricos, compromete a conservação e preservação do patrimônio cultural. A temperatura e umidade elevadas, especialmente em períodos de calor intenso, aceleram processos de degradação dos materiais, causando danos irreversíveis ao acervo e reduzindo o tempo de vida útil das peças. Além disso, as condições térmicas desfavoráveis impactam negativamente a experiência dos visitantes e a realização de eventos e atividades educativas no museu, comprometendo seu funcionamento pleno. A preservação do acervo do Museu da UEL é de fundamental importância para a sociedade, representando a memória e o patrimônio histórico-cultural da região e do país. A deterioração do acervo implica na perda irreparável de informações, artefatos e testemunhos do passado, afetando diretamente o acesso público a esse conhecimento. Um ambiente climatizado adequadamente garante a integridade do acervo, assegurando a sua disponibilidade para pesquisa, educação e apreciação pública por gerações futuras. Ademais, a melhoria das condições de visitação contribui para a valorização do museu como espaço público de conhecimento, lazer e cultura, fomentando a integração da comunidade com o seu patrimônio. A manutenção das condições inadequadas de climatização acarretará na progressiva deterioração do acervo museológico, resultando em perdas irrecuperáveis para a comunidade e a história. A degradação dos materiais pode levar à perda de valor histórico e científico das peças, impossibilitando seu estudo e exposição. Além disso, a falta de conforto térmico afetará a experiência dos visitantes, reduzindo o número de frequentadores e o impacto social do museu. A impossibilidade de realizar eventos e atividades educativas em condições adequadas comprometerá as ações de difusão cultural e educação patrimonial desenvolvidas pela instituição, impactando diretamente a comunidade e o desenvolvimento sociocultural da região. A falta de preservação do acervo também pode acarretar sanções legais e administrativas, com consequências financeiras para a UEL. As cortinas de ar servem para bloquear a entrada do calor no ambiente climatizado, sendo que as portas das exposições precisam permanecer aberta durante o período de visitas no museu.

2.21 O Hospital Veterinário da UEL necessita da aquisição de novos ares-condicionados, pois os atuais estão antigos, desgastados e apresentam problemas como vazamentos, o que compromete o funcionamento adequado dos ambientes. Isso tem gerado desconforto para funcionários e pacientes, além de afetar o desempenho de procedimentos e a conservação de insumos essenciais. A demanda crescente de atendimentos exige ambientes com climatização eficiente para garantir um ambiente mais adequado para o trabalho e atendimento. A compra dos novos equipamentos visa solucionar esses problemas, proporcionando melhores condições para o desempenho das atividades, a segurança e o bem-estar de todos envolvidos, garantindo assim a qualidade do serviço público prestado.

2.22 A Assessoria de Tecnologia da Informação (ATI) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) necessita de atualização em sua infraestrutura de climatização para garantir a continuidade, segurança e eficiência dos serviços de TI prestados a mais de 22.000 usuários. As condições ambientais inadequadas em áreas críticas, como a sala da Diretoria de Suporte ao Usuário e o Datacenter, comprometem não apenas o conforto dos servidores, mas também a integridade e performance dos equipamentos, impactando diretamente a capacidade da UEL em manter suas atividades acadêmicas e administrativas. Para a sala da Diretoria de Suporte ao Usuário, a aquisição de 3 unidades de AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER HIGH WALL 18.000 BTUs (Código 13863) se faz necessária para substituir os aparelhos atuais obsoletos. A tecnologia inverter proporciona maior economia de energia e controle preciso da temperatura, criando um ambiente de trabalho mais confortável e produtivo para a equipe responsável pelo suporte aos usuários da UEL. A substituição contribuirá para a redução de custos operacionais com energia e manutenção, representando um uso eficiente dos recursos públicos, além de promover um ambiente mais saudável e ergonômico, minimizando problemas de saúde relacionados ao desconforto térmico e, consequentemente, reduzindo o absenteísmo. A climatização do Datacenter da

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 34 de 64)

ATI, onde está instalada toda a infraestrutura de TI da instituição (switches, servidores de processamento e armazenamento, nobreaks e outros), demanda uma solução robusta e confiável. A aquisição de 6 unidades de AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER PISO TETO 36.000 BTUs (Código 13873) é crucial para substituir os equipamentos atuais, que se encontram em fim de vida útil e operam em regime 24x7. A temperatura adequada no Datacenter é fundamental para o funcionamento ideal dos equipamentos, prevenindo superaquecimento, falhas e perda de dados. Um ambiente climatizado corretamente garante a estabilidade e disponibilidade dos serviços de TI, minimizando o risco de interrupções que podem comprometer as atividades da universidade e impactar seus mais de 22.000 usuários. A tecnologia Inverter, além da eficiência na climatização, contribui para a redução do consumo de energia, representando uma economia significativa a longo prazo e o uso responsável do dinheiro público. A modernização da infraestrutura de climatização da ATI é um investimento estratégico para a UEL, visando a eficiência energética, a longevidade dos equipamentos de TI e o bem-estar dos servidores. A falta de ação pode acarretar prejuízos significativos, como interrupções nos serviços, perda de dados, aumento de custos com manutenção e reparos, além de comprometer a imagem da instituição. A continuidade e a segurança das operações da UEL dependem do bom funcionamento de sua infraestrutura de TI, e a climatização adequada é um fator crucial para garantir esse objetivo. Por fim, esta aquisição é de interesse público, pois visa garantir a qualidade e a continuidade dos serviços prestados pela UEL, uma instituição de ensino superior pública que atende a um grande contingente de estudantes, professores e funcionários.

2.23 A aquisição proporcionará um ambiente mais agradável de trabalho para os professores e de ensino para os estudantes, reduzindo as altas temperaturas que enfrentamos na cidade de Londrina-PR, trazendo mais conforto aos estudantes, o que poderá ajudar na evasão, na assiduidade e procura dos estudantes por cursos deste Centro de Estudos.

2.24 O fornecimento de aparelhos de ar-condicionado é necessário para garantir o conforto, a produtividade, a melhoria da infraestrutura das salas de aula e dos departamentos, proporcionando um ambiente seguro para o trabalho bem como para os estudos.

2.25 As salas de aulas do CCE atendem diversos cursos de graduação nos períodos matutino, vespertino e noturno, as quais comportam em média 50 alunos e contam com o uso constante de equipamentos eletrônicos, como notebooks e projetores, contribuindo para o aumento da temperatura interna das salas. A ausência de temperatura adequada e de controle climático impacta negativamente o desempenho dos equipamentos e o bem-estar de estudantes e servidores.

2.26 Atender estudantes classificados em processo de seleção socioeconômico, proporcionando melhor conforto térmico durante o uso do espaço.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Outros: Trata-se de equipamento de instalação estrutural e utilização permanente, sendo que o meio de aquisição a solução adequada e oferecida no mercado.

3.2 Outros: A opção é por aquisição por se tratar de equipamento permanente.

3.3 Outros: A solução de aquisição do produto (insumo, equipamento e/ou serviço) está de acordo com o descritivo e planilha orçamentária presentes em projeto de pesquisa aprovado pela Universidade Estadual de Londrina e/ou órgãos de fomento e apoio. A especificidade do objeto contratado está em sintonia com o desenvolvimento científico, sendo a pesquisa a ser empreendida ou em andamento que exige tal solução, haja vista a necessidade de garantir os padrões específicos desses produtos de acordo com os procedimentos metodológicos que são adotados nos projetos de pesquisa.

3.4 Outros: A opção é por aquisição por se tratar de equipamento permanente.

3.5 Outros: Manutenção dos equipamentos atuais - Desvantagens: alto consumo de energia, menor vida útil, maior índice de manutenção. Substituição por novos aparelhos convencionais - Desvantagens: embora mais baratos na aquisição, continuam a consumir mais energia e não oferecem ganhos em eficiência energética. Substituição por aparelhos tipo inverter (alternativa recomendada) - Vantagens: eficiência energética superior (até 40% de economia), menor ruído, controle mais preciso da temperatura, maior durabilidade dos componentes e menor impacto ambiental.

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 35 de 64)

3.6 Fornecimento: A solução mais adequada para atender à demanda da Diretoria de Obras da Universidade Estadual de Londrina (UEL) é a compra de aparelhos de ar-condicionado do tipo Split Inverter. Essa escolha é justificada por uma combinação de fatores técnicos, econômicos e ambientais que atendem plenamente à necessidade de substituir os aparelhos antigos e resolver o problema do desconforto térmico nos ambientes de trabalho.

3.7 Fornecimento: A solução escolhida de Pregão Eletrônico por meio de fornecimento, prende-se inicialmente ao fato de se tratar de aquisição de bens comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, além de técnica, economicamente viável e mais apropriada, considerando a logística de reposição dos materiais.

3.8 Outros: para instalação de condicionadores de ar, a modalidade compatível com o mercado se dá por meio de aquisição. A aquisição em entrega única de ar-condicionado para a Casa de Cultura, buscando o melhor atendimento dos eventos e atividades dos setores. Aprimorando a eficiência e necessidade das atividades e serviços realizados. A aquisição foi escolhida de uma forma que tenha a garantia mínima de 1 ano com suporte técnico para manutenção, levando em consideração desde a aquisição até o descarte dos equipamentos. A descrição dos equipamentos é a que consta no SICOR conforme os códigos dos equipamentos solicitados já considerando sua qualidade e eficiência.

3.9 Outros: Com a aquisição de aparelhos novos e mais eficientes, obtém-se uma maior confiabilidade no sistema de refrigeração, um melhor conforto térmico, com ganhos na qualidade do ar refrigerado, no conforto acústico, como também na redução do consumo de energia elétrica. São equipamentos de grande durabilidade e passíveis de manutenção preventiva e corretiva pela própria instituição, por meio de contratos de manutenção.

3.10 Outros: Após análise das alternativas de contratação e considerando o perfil da instituição, o objeto pretendido e as práticas adotadas por outras instituições públicas de ensino, conclui-se que a aquisição direta dos equipamentos representa a alternativa mais vantajosa para a Administração. Essa opção proporciona melhor custo-benefício, maior controle patrimonial, compatibilidade com as exigências técnicas e alinhamento com as diretrizes de sustentabilidade e eficiência energética. Contudo, reforça-se a importância de planejamento da administração para garantir uma instalação correta, além da manutenção dos equipamentos adquiridos.

3.11 Outros: A melhor escolha para este material e aquisição.

3.12 Fornecimento: A opção mais adequada é o fornecimento por meio de Pregão Eletrônico, garantindo maior transparência, competitividade e eficiência na contratação.

3.13 Outros: Aquisição do produto para instalação permanente no local necessitado.

3.14 Outros: A aquisição junto às demais demandas das unidades da UEL permite a padronização, uniformização e um maior ganho em escala. A aquisição de equipamentos modernos e duráveis reduz custos operacionais e evita substituições frequentes, garantindo um uso mais eficiente dos recursos institucionais.

3.15 Fornecimento: A opção mais adequada é o fornecimento por meio de Pregão Eletrônico, garantindo maior transparência, competitividade e eficiência na contratação.

3.16 Outros: A análise dos métodos disponíveis no mercado revela que a aquisição por pregão eletrônico é a abordagem mais vantajosa para estes produtos. Visto que são bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, além de técnica, economicamente viável e mais apropriada, considerando a logística de reposição dos materiais.

3.17 Outros: A solução mais adequada é aquisição de aparelhos de ar-condicionado (alternativa 3), pois, trata de equipamentos e utensílios que irão compor o patrimônio do HU-UEL e que são adquiridos de acordo com a demanda de substituição de itens inservíveis, bem como na alocação em unidades que não dispõem desses itens. É a opção viável e mais econômica à Administração. Os equipamentos a serem adquiridos enquadram-se como bem comum, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado. Assim, a aquisição mostra-se viável na

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 36 de 64)

modalidade de compra por Pregão eletrônico que consiste no procedimento com melhores condições para se obter o melhor produto com o melhor preço por item.

3.18 Outros: Tendo em vista todos os argumentos elencados nos itens acima, no momento entende-se como formato mais adequado o apresentado pela Alternativa 3 (Aquisição). Ressalta-se que as alternativas foram apreciadas, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos. A solução escolhida atende às determinações legais, mostrando-se a opção viável e econômica à Administração.

3.19 Fornecimento: A opção mais adequada é o fornecimento por meio de Pregão Eletrônico, garantindo maior transparência, competitividade e eficiência na contratação.

3.20 Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o fornecimento de bens. Embora a compra de fornecimento contínuo ofereça vantagens em termos de adaptação a futuras necessidades e potenciais melhores preços em compras maiores, a aquisição imediata se mostra mais vantajosa para o Museu da Universidade Estadual de Londrina neste momento. A complexidade adicional da contratação de fornecimento contínuo, com seu planejamento e gestão mais rigorosos, não justifica os benefícios potenciais, considerando a demanda atual por ar-condicionado. A compra imediata garante a entrega rápida dos equipamentos, fundamental para o funcionamento adequado do museu, além de simplificar a gestão de garantias. As demais alternativas, como aluguel ou terceirização, são inviáveis para a aquisição definitiva dos equipamentos.

3.21 Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é a compra por fornecimento dos equipamentos (Split Inverter High Wall 18.000 BTUs e Split Inverter Piso Teto 36.000 BTUs). Esta opção, apesar de exigir um alto investimento inicial, garante à Universidade Estadual de Londrina a propriedade dos equipamentos, proporcionando maior controle sobre a manutenção e a utilização dos mesmos, sem a dependência de terceiros para o seu uso contínuo e prolongado. A previsibilidade dos custos de manutenção, após o período de garantia, também contribui para a escolha desta alternativa, evitando gastos imprevisíveis a longo prazo, inerentes a outras soluções como contratos de locação ou fornecimento contínuo. A necessidade de uso contínuo e a busca por uma solução estável e previsível justificam a escolha pela compra direta, apesar do investimento inicial mais elevado.

3.22 Outros: Aquisição.

3.23 Outros: Devido à natureza comum dos equipamentos e facilidade de serem encontrados no mercado, a solução mais adequada é a aquisição dos itens, visto que por ser de uso permanente atenderá com maior qualidade a demanda.

3.24 Outros: Após análise das alternativas de contratação e considerando o perfil da instituição, o objeto pretendido e as práticas adotadas por outras instituições públicas de ensino, conclui-se que a aquisição direta dos equipamentos representa a alternativa mais vantajosa para a Administração. Essa opção proporciona melhor custo-benefício, maior controle patrimonial, compatibilidade com as exigências técnicas e alinhamento com as diretrizes de sustentabilidade e eficiência energética. Contudo, reforça-se a importância de planejamento da administração para garantir uma instalação correta, além da manutenção dos equipamentos adquiridos.

3.25 Outros: aquisição e a melhor forma considerando que se trata de um equipamento permanente.

4. PESQUISA DE PREÇOS:

4.1 A pesquisa de preços que embasou a formação dos preços máximos unitários da presente licitação foi realizada nos moldes do art. 368 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 e do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO:

5.1 Os itens que compõem o presente Pregão Eletrônico serão **divididos em 9 (nove) lotes**, em observância à ampliação da competitividade, conforme determina o art. 40, inciso V, alínea b, da Lei Federal 14.133/2021.

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 37 de 64)

6. SUSTENTABILIDADE:

6.1 As empresas contratadas deverão observar as seguintes práticas de sustentabilidade:

- Os bens deverão ser compostos, total ou parcialmente, por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme normas da ABNT;
- Os produtos deverão possuir certificações ambientais reconhecidas (nacionais ou internacionais) que atestem sua sustentabilidade ou menor impacto ambiental em relação aos similares disponíveis no mercado, incluindo, quando aplicável, as certificações do INMETRO;
- Os aparelhos deverão apresentar classificação "A" de eficiência energética, conforme o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE/INMETRO), priorizando a redução do consumo elétrico;
- Os sistemas de climatização deverão utilizar gases refrigerantes com baixo potencial de destruição da camada de ozônio (ODP) e baixo potencial de aquecimento global (GWP), como o R-32 ou equivalente;
- Os bens devem ser acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, de menor volume e composta por materiais recicláveis, assegurando proteção durante o transporte e armazenamento;
- Os produtos não devem conter substâncias perigosas em concentrações superiores às permitidas pela Diretiva RoHS, como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cádmio (Cd), cromo hexavalente (Cr VI), PBBs e PBDEs;
- Sempre que aplicável, a empresa deverá garantir o descarte ambientalmente adequado dos equipamentos substituídos ou inservíveis, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.1 O procedimento licitatório constante do presente Edital enquadra-se como com lotes com "COTA PRINCIPAL" para disputa ampla e "COTA RESERVADA" para disputa apenas entre empresas enquadradas como ME/EPP/MEI, conforme especificado:

- Enquadram-se como Licitação **Cota Principal** (75%) **os Lotes de n.º 06 e 08.**
- Enquadram-se como Licitação **Cota Reservada** (25%) **os Lotes de n.º 07 e 09.**
- Enquadram-se como Licitação **Exclusiva** para participação de empresas enquadradas como ME/EPP/MEI **os Lotes n.º 01, 02, 03, 04 e 05.**

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS:

8.1 Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

9.1 O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados do envio da Ordem de Compra ou documento equivalente, em remessa única, no endereço indicado no Anexo VI deste edital.

9.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **30 (trinta) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 38 de 64)

9.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.6 O contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.7 Os critérios para o recebimento estão especificados no **item 7 do Anexo VII** (minuta do contrato).

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE:

10.1 obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver;

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.1.11 entregar o produto lacrado sem avarias e atendendo os critérios da licitação;

10.1.12 A empresa adjudicada somente poderá emitir Nota Fiscal e providenciar a entrega dos produtos após receber a Ordem de Contratação. A empresa fornecedora deverá entregar os equipamentos novos e sem uso. Após a entrega dos equipamentos, os servidores procederão a verificação quanto ao cumprimento das especificidades descritas no edital, e identificado que itens ou acessórios se encontram danificados, a empresa fornecedora será cientificada e deverá providenciar a imediata substituição, sem qualquer ônus ao HU-UEL.

10.1.13 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 39 de 64)

acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível.

10.1.14 adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.1.15 apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada;

10.1.16 apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.2.12 acompanhar e fiscalizar se o fornecedor entregou o produto correto seguindo os critérios do certame.

10.2.13 A CONTRATANTE formalizará os pedidos de entrega do(s) produto(s) e/ou Equipamento(s) mediante emissão de Ordem de Contratação. A CONTRATANTE reserva-se o direito de enviar a Ordem de Contratação à CONTRATADA por e-mail, ou portador, considerando-se neste caso, a data de envio como data de início de contagem do prazo de entrega do(s) produto(s) e/ou equipamento(s)

11. FORMA DE PAGAMENTO:

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a **30 (trinta) dias** contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes

sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.4 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item **11.4.1 das Condições Gerais do Pregão.**

11.5 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.6. As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UEL, CNPJ 78.640.489/0001-53, Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380, PR 445, constando número da licitação lote/item e validade dos produtos (quando for o caso), para fins de rastreabilidade em estoque.

11.7. Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n.º 2145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

11.8. A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

11.9. O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por que razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n. 001/2019-DTE/SEFA.

11.10. As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n. 1.261/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n. 1.546/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

11.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
-----------------	--------------------------------------	---

11.12 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

11.13 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 41 de 64)

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital.

12.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1 Valor Global: R\$ 237.002,03

12.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa à fase interna.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO:

14.1 É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto deste certame.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

15.1 O fornecimento dos aparelhos de ar-condicionado e cortinas de ar será realizado conforme as requisições emitidas pela contratante, conforme a demanda. O pagamento será efetuado somente após a entrega integral de cada remessa, mediante conferência e recebimento definitivo dos bens por servidor responsável. Diante dessa sistemática de entrega e pagamento, não será exigida garantia contratual de execução.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS:

16.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal, de modo a garantir a cobertura assistencial dos produtos adquiridos pelo prazo de 1 (um) ano.

16.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

16.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

16.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

16.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

16.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

16.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 42 de 64)

16.8 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

16.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

16.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

16.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17. VIGÊNCIA:

17.1 O contrato firmado terá vigência de 12 (doze) meses.

18. DO REAJUSTAMENTO:

18.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o Índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

18.1.1 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

18.1.1.2 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.1.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.1.3 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura

18.1.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, em uma das dotações abaixo discriminadas:

UEL/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;

Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

Fundo Paraná/SETI: Gestão/Unidade: 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;

Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;

Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;

Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 43 de 64)

Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022:

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

2301779 - WELLINGTON APARECIDO CARDADOR / (ATI-DIR) DIRETORIA GERAL
0404291 - DANIELA GROSSO BORIN / (CC-SEC) SECRETARIA ADMINISTRATIVA
0129457 - ANA LUCIA GUMIERO MENCK / (CCA-SEC) SECRETARIA ADMINISTRATIVA
1016828 - JOELMA DE SOUZA PESSOA CATARINO BUENO / (CCE-SEC) SECRETARIA ADMINISTRATIVA
1808484 - REGINALDO FERREIRA DA SILVA / (CCH-SEC) SECRETARIA ADMINISTRATIVA
1017012 - JOSELITA DEVIDES DE OLIVEIRA / (CCS-SEC) SECRETARIA ADMINISTRATIVA
0902829 - IVETE DA SILVA / (CESA-SEC) SECRETARIA ADMINISTRATIVA
1207001 - LUIZ CLAUDIO MEDEIROS / (COPS-DAD-DAA) DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO
1321066 - MARCELO LUIZ DA SILVA / (CTU-SEC) SECRETARIA ADMINISTRATIVA
0802602 - HENRIQUE REZENDE MOTTA / (EAAJ-SEC) SECRETARIA ADMINISTRATIVA
0508525 - EDIVALDO FONTANA / (FU-DA) DIVISÃO ADMINISTRATIVA
2003881 - TANIMARIA DA SILVA LIRA BALLANI / (HU-DE-DAT) DIVISÃO DE ATENDIMENTO
2206831 - VANESSA CORREIA DE BARROS DIAS / (HV-SEC) SECRETARIA ADMINISTRATIVA
0509617 - EDENI RAMOS VILELA / (MUSEU-SEC) SECRETARIA ADMINISTRATIVA
1321011 - MARLI APARECIDA DA SILVA / (PCU-DE) DIRETORIA DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS
1810308 - ROSANA REIS / (PROAF-DM-DL) DIVISÃO DE LICITAÇÕES
1817769 - RAFAEL APARECIDO BATISTA / (PROEX-DPAT-DGF) DIVISÃO DE GERENCIAMENTO FINANCEIRO E LOGÍSTICA
0304029 - CRISTINA DUARTE RUIZ / (PROPLAN-DPDA-DPC) DIVISÃO DE PLANEJ. CIENTÍFICO E CULTURAL
1318265 - MARCIO FERREIRA CRUZ / (PROPPG-DP-DPP) DIVISÃO DE PROJETOS DE PESQUISA
1100683 - KELLY CRISTINA FURINI FUZUI / (PRORH-SEC) SECRETARIA ADMINISTRATIVA
1021632 - JULIANA KERCHER FAVARO / (SEBEC-DAA) DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
1323444 - MARCIO ROGERIO MORAES MACHADO / (SEBEC-DRU) DIVISÃO DE RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 44 de 64)

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Governo Federal-COMPRAS.GOV**, os documentos de habilitação que seguem, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro, que será de no mínimo 2 (duas) horas, contadas a partir da solicitação, sendo facultado ao(a) mesmo(a) prorrogar o prazo estipulado, quantas vezes julgar necessário.

1.1. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)**, através do link <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>.

1.1.1. O Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (GMS/CAUFPR), substitui os documentos solicitados, **desde que os referidos documentos estejam atualizados**. O cadastro no (GMS/CAUFPR) poderá ser iniciado através do link <https://www.gms.pr.gov.br/gms/solicitarCadastroFornecedorNovo.do?action=iniciarProcesso>.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, **se for o caso**.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para os licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011.

1.3.1 As proponentes domiciliadas ou com sede em Estados da Federação que não possuam a Certidão Negativa de Débitos Tributários administrados pela Secretaria de Fazenda e Dívida Ativa Estadual (em um único documento), deverão apresentar a Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Fazenda em relação aos tributos estaduais e a Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa, expedida pela respectiva Procuradoria Geral do Estado.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, emitida há no máximo **180 (cento e oitenta) dias** anteriores à data de abertura das propostas, salvo prazo diverso constante da própria certidão apresentada;

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 45 de 64)

1.4.1.3 os documentos exigidos no **item 1.4.1.1** serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Índice de Líquides Corrente (ILC):

$$\begin{aligned}
 LG &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 SG &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 LC &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a **1,0** (um inteiro) no índice de Liquidez Geral (**LG**); superior ou igual a **1,0** (um inteiro) no índice de Solvência Geral (**SG**); superior ou igual a **1,0** (um inteiro) no índice de Liquidez Corrente (**LC**).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4.1.7 O balanço patrimonial somente será exigido dos beneficiários do tratamento diferenciado quando indispensável para a prova de habilitação econômico-financeira.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para a comprovação de Qualificação Técnica o licitante arrematante deverá entregar:

a) (um) ou mais Atestado de Capacidade Técnica de fornecimento, emitida por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, declarando que a empresa já promoveu o fornecimento da mesma natureza do objeto, comprovando aptidão para o fornecimento do objeto pertinente de maneira compatível com as especificações constantes neste Edital.

b) Comprovar por meio de declaração que possui os materiais, objeto da contratação, conforme a descrição e com compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, suficientes para atender adequadamente às necessidades dos usuários.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL (Anexo V) e DECLARAÇÃO LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (OBRIGATÓRIO) (Anexo IX).

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 46 de 64)

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do **item 1.7.1**, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 47 de 64)

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL n.º 58/2025-PROAF/DM

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:		
CNPJ/CPF:	Inscrição Estadual:	
Endereço:		
Bairro:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:

Constitui objeto desta licitação: **o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado e cortina de ar, para a Universidade Estadual de Londrina.**

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1							

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias, a qual será prorrogada automaticamente por 30 (trinta) dias, na hipótese de o certame não ser finalizado neste prazo, conforme previsto no subitem 4.6.1 do Edital.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de "operação interna", conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1. as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2. para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o **item 4** e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme **Anexo I** do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 48 de 64)

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

XXXXXX, XX de XXXXXX de 2026.

Representante Legal

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5	Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL	Processo GMS n.º 970/2025	(página 49 de 64)
----------------------------	---	---------------------------	-------------------

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) **Pregão Eletrônico** aberto pelo **EDITAL n.º 58/2025-PROAF/DM**, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

XXXXXX, XX de XXXXXX de 2026.

OUTORGANTE

¹ A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5	Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL	Processo GMS n.º 970/2025	(página 50 de 64)
----------------------------	---	---------------------------	-------------------

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no **Pregão Eletrônico** aberto pelo **EDITAL n.º 58/2025-PROAF/DM** e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1 INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2 DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

XXXXXX, XX de XXXXXX de 2026.

Nome do representante legal

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 51 de 64)

ANEXO VI

LOCAIS DE ENTREGA

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de entrega: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UEL ALMOXARIFADO CENTRAL.
Logradouro: Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Campus Universitário - CEP: 86055-900 - Caixa Postal 10.011 - Londrina-PR
Responsável pelo Recebimento: Vanderlei Jubanski
Telefone: (43) 3371-4199 e-mail: vander@uel.br
Horário de Funcionamento: 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 16h30

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de entrega: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO - HU SEÇÃO DE PATRIMÔNIO
Logradouro: Avenida Robert Koch, 60 Vila Operária CEP 86038-350 - Londrina-PR
Responsável pelo Recebimento: Claudenir Belasqui
Telefone: (43) 3371-2608 e-mail: belasqui@uel.br
Horário de Funcionamento: 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 16h30

Observações: A entrega/descarga do(s) produto(s) adquiridos será responsabilidade da empresa CONTRATADA, devendo ainda, o entregador efetuar o transporte do(s) produto(s) até o local a ser indicado no momento da entrega, conforme condições e necessidades do licitante.

	<p>Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5	Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL	Processo GMS n.º 970/2025	(página 52 de 64)
----------------------------	---	---------------------------	-------------------

ANEXO VII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º [XXXXXXXXX]

CONTRATANTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, pessoa jurídica de direito público interno, constituída na forma de Autarquia pela Lei Estadual n.º 9.663/91, situada à Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380 (PR 445), CEP 86057-970, Londrina-PR, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.640.489/0001-53, neste ato representada pelo Pró- Reitor de Administração e Finanças, Srº Azenil Staviski, nomeado pela Portaria n.º 1944/2022, inscrito no CPF sob o n.º 248.xxx.xxx-49, portador da carteira de identidade n.º 6.404.xxx-4 SSP/PR.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º [XXXXXXXXX], com sede no(a) [XXXXXXXXX], neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º [XXXXXXXXX], portador da carteira de identidade n.º [XXXXXXXXX], residente e domiciliado no(a) [XXXXXXXXX], e-mail [XXXXXXXXX] e telefone [XXXXXXXXX].

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do **Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM (protocolo n.º 23.958.422-5)** do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

O fornecimento de aparelhos de ar-condicionado e cortina de ar, para a Universidade Estadual de Londrina conforme descrito no Termo de Referência.

Lote XXXX	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quant.	Valor unitário	Valor total
Item 1					R\$	R\$

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do **Pregão Eletrônico** aberto pelo **EDITAL n.º 58/2025-PROAF/DM**, objeto do **processo administrativo n.º 23.958.422-5**, com adjudicação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º [XXXXXXXXX], de [XXXXXXXXX] e conforme ato de autorização nas fls. [XXXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1 Os bens deverão ser fornecidos de forma parcelada, conforme solicitado pela CONTRATANTE e descrito no Termo de Referência.

3.2 As embalagens do(s) produto(s) deverão ser originais do fabricante, em invólucro apropriado, sem sinais de violação ou amassado, além de estarem de acordo com a Lei n.º 8078/90, art. 31 (Código de Defesa do Consumidor) **se for o caso**.

3.3 O(s) equipamento(s) deverá(ão) ser(em) enviado(s) em condições que não sofra deterioração, sendo preparado(s) convenientemente para despacho e pronta utilização.

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 53 de 64)

3.4 O prazo de garantia do(s) produto(s) e/ou equipamento(s) quando da entrega, deverá ser de, no mínimo **12 (doze) mes(es)**.

3.5 A validade remanescente dos produtos quando da entrega, deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses e compatível com a data de fabricação na hipótese de o produto possuir validade de prazo menor para consumo.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ **XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO)**.

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5 DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice **IPCA – índice oficial do Estado do Paraná**.

5.1.1 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6 A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme **item 6.3** deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o **item 6.3** deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7 PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local **(Anexo VI)**, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência **(Anexo I)**, que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O **recebimento provisório** será feito no local da entrega, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis**, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O **recebimento definitivo** será feito **no prazo de até 30 (trinta) dias úteis** da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 54 de 64)

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

UEL/SETI: **Gestão/Unidade:** 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;

Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço.

Fundo Paraná/SETI: **Gestão/Unidade:** 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;

Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;

Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço.

HU/SESA: **Gestão/Unidade:** 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;

Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço.

HU/SETI: **Gestão/Unidade:** 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;

Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.

9 VIGÊNCIA:

9.1 **O contrato terá vigência de 12 (doze) meses.**

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: “no que couber”

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega**, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 55 de 64)

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.11 efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e locais.

10.1.12 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto. De acordo com artigos do Código de defesa do Consumidor

10.1.13 adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

10.1.13.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.13.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.13.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.13.4 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10.1.14 práticas de logística reversa, quando couber:

10.1.14.1 Adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.1.14.2 Apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.2 São obrigações do Contratante:

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 56 de 64)

- 10.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- 10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.2.4** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
- 10.2.6** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
- 10.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
- 10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 10.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
- 10.2.11** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
- 10.2.12** formalizar os pedidos de entrega do(s) produto(s) mediante emissão de Ordem de Contratação e enviar à CONTRATADA por e-mail, ou portador, considerando-se neste caso, a data de envio como data de início de contagem do prazo de entrega do(s) produto(s);

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à **instituição financeira Contratada pelo Estado**, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no **item 11.1** ficará suspenso na hipótese prevista no **item 11.4.1²** das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, CNPJ 78.640.489/0001-53, Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380, PR 445**, constando número da licitação lote/item e validade dos produtos (*quando for o caso*), para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n.º 2145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

11.6. A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

11.7. O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n.º 001/2019-DTE/SEFA.

11.8. As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n.º 1.261, de 14/05/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n.º 1546, de 04/07/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

11.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1. O quantitativo do produto, fator determinante para o estabelecimento do valor máximo da contratação e que deverá diminuir na disputa de lances, resultará em valor de garantia muito baixo, sendo desproporcional a exigência;

12.1.2. As sanções administrativas previstas no **item 14** do contrato possibilitam à Administração a aplicação de multa contratual em percentuais que consideram as infrações previstas nos arts. 195, 196 e 197 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, podendo ser cumulada com as penalidades previstas nesses artigos;

² **11.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 58 de 64)

12.1.3. A contratada pode ser responsabilizada patrimonialmente, respondendo com seus bens presentes e futuros no cumprimento de suas obrigações, conforme previsto no art. 789 do CPC.

13 DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS:

13.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal, de modo a garantir a cobertura assistencial dos produtos adquiridos pelo prazo de 1 (um) ano.

13.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

13.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

13.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

13.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

13.8 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

13.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 59 de 64)

17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3 O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR).

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

15 CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

- 15.1.1** por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 15.1.2** de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou
- 15.1.3** por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 60 de 64)

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES E REVISÃO CONTRATUAL:

16.1. Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.5 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.

16.6 A ocorrência de fatos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá ser comunicada imediatamente pela CONTRATADA à DAT/DA/PROAF, Campus Universitário, com a devida comprovação (Nota Fiscal anterior e posterior ao fato), para que a situação possa ser analisada pela CONTRATANTE e, se for o caso, procedido o realinhamento de preços.

16.7 A comunicação para os fins do parágrafo anterior, ainda que procedente, não terá efeito retroativo, e terá como referência a data da entrega da solicitação na DAT/DA/PROAF, Campus Universitário, mediante protocolo de recebimento.

16.8 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o **prazo de 30 (trinta) dias** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

17 DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

	<p style="text-align: center;">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	---	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 61 de 64)

17.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 62 de 64)

18 DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Londrina – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Londrina, xx de xxxxxx de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

	<p align="center"> Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/ </p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5	Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL	Processo GMS n.º 970/2025	(página 63 de 64)
----------------------------	---	---------------------------	-------------------

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no **Pregão Eletrônico** aberto pelo **EDITAL n.º 58/2025-PROAF/DM**, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- (☐) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
- (☐) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
- (☐) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar n.º 188, de 2021.
- (☐) **COOPERATIVA**, nos termos do Art. 34, da Lei Federal n.º 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar n.º 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

XXXXXX, XX de XXXXXX de 2026.

Representante Legal

	<p align="center">Universidade Estadual de Londrina Pró-Reitoria de Administração e Finanças Diretoria de Material-PROAF/DM Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), km 380 - Caixa Postal 10.011 - Campus Universitário - CEP: 86057-970 - CNPJ/MF: 78.640.489/0001-53 - Inscrição Estadual: Isenta https://portal.uel.br/</p>	
---	--	---

Protocolo n.º 23.958.422-5

Pregão Eletrônico n.º 58/2025-PROAF/DM - EDITAL

Processo GMS n.º 970/2025

(página 64 de 64)

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

XXXXXX, XX de XXXXXX de 2026.

Representante Legal